



MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ofício nº 036/2023/PGM


Santa Luzia, 06 de fevereiro de 2.023.


Pertinência: Ofício 77/2023/CAMP/MPC – Autos nº 641.561

Ilmo Senhor Procurador-Geral,

Em atenção ao ofício supracitado, encaminhamos a Vossa Senhoria a cópia da sentença proferida nos autos da Ação de Execução Fiscal nº 0068598-20.2017.8.13.0245, em face de Elias Mariano de Matos.

Atenciosamente,


JULIANA MADUREIRA AMBIRES
Subprocuradora-Geral do Município
OAB/MG 117.265


MARIA TEREZA SOARES LOPES
TRINDADE
Procuradora-Geral do Município
OAB/MG 149.891

Exmo. Dr. Marcílio Barenco Corrêa de Mello
DD. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais
Av. Raja Gabágua, nº 1315, Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30380-435.

17.006.859-8



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

Ano

1 2

Comarca

Santa Luzia

Secretaria do Juízo

2ª Vara Cível

Ação

Execução Fiscal

Número - Dígito

17.006.859-8

Volumes

Apens

P

Autor

A

R

T

E

S

Réu

SANTA LUZIA

2ª VARA CÍVEL

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

25.04.2017

M-AGIO

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

EXCUTIDO DO 20.2017.9.13.0

☐

Menor

☐

Segredo de Justiça

Assistência Judiciária

☐

Réu preso

☐

Representante
Ministério Público

Justiça Gratuita

A
D
V
O
G
A
D
O
S

AUTUAÇÃO

Em 25 de Abril de 2017, nesta Secretaria,

Assinatura

Autos nº: 0245.17.006.859-8

SENTENÇA

I – Relatório.

Vistos,

Trata-se de Ação de Execução Fiscal proposta pelo **Município de Santa Luzia** e distribuída em 18 de abril de 2017.

II – Fundamentação.

O instituto da prescrição intercorrente nasce a partir do momento que o feito é suspenso pela aplicação do art. 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal – LEF), seja por não localizar o devedor ou bens passíveis de penhora.

Conforme a Súmula 314 do Superior Tribunal de Justiça:

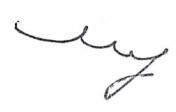
Súmula 314 - Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente. (Súmula 314, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2005, DJ 08/02/2006 p. 258)

O Superior Tribunal de Justiça definiu como deve ser aplicado o art. 40 da LEF, bem como ajustou a contagem da prescrição intercorrente em julgado recente, tendo em vista o grande número de ações em trâmite no país.

Neste sentido, foi estabelecido que no primeiro momento em que for constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens passíveis de penhora pelo oficial de justiça e, após intimação da Fazenda Pública, inicia-se automaticamente a suspensão prevista no *caput* do art. 40 da LEF.

Independente de manifestação da Fazenda Pública ou pronunciamento judicial, inicia-se automaticamente o prazo prescricional após o transcurso de 1 (um) ano, período no qual o processo ficará arquivado sem baixa na distribuição, conforme art. 40, §§ 2º, 3º e 4º, da LEF.

Insta salientar que somente são capazes de interromper o curso do prazo prescricional a efetiva penhora ou citação, ainda que por edital. Assim, o mero



peticionamento requerendo a penhora sobre bens ou ativos financeiros não é suficiente para a interrupção da prescrição.

EMENTA. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80).

1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais.

2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente".


3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege.

4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973):

4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução;

4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.



4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato;

4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo – mesmo depois de escoados os referidos prazos –, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.

4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa.

5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (STJ – REsp: 1340553 RS 2012/0169193-3 – Relator: Ministro Mauro Campbell Marques – Data de Julgamento: 12/09/2018, S1 – Primeira Seção – Data de Publicação: DJe 16/10/2018).

Tendo em vista que a presente ação foi suspensa pelo prazo de 01 (um) ano, deixando a parte exequente de diligenciar na busca da parte executada ou de bens passíveis de penhora dentro do prazo de 5 (cinco) anos, não sendo efetivada a citação até a presente data.

III – Dispositivo.

Posto isso, e considerando o mais que dos autos consta, reconheço a prescrição da pretensão executiva e **JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO FISCAL** nos termos dos arts. 924, V e 925, todos do CPC c/c art. 156, V, do CTN, pela ocorrência da prescrição intercorrente.

No caso, não há condenação em custas processuais nem honorários advocatícios.

Autorizo, desde já e caso requerido, o desentranhamento da CDA com a substituição por cópia nos autos, ficando tal providência a cargo da parte exequente, devendo a secretaria do juízo certificar nos autos a entrega do referido documento.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Após o trânsito em julgado, archive-se com baixa e anotações de estilo.

Santa Luzia, em 03/03/21



... Souza Lopes Ventura Arcofemes
Juíza de Direito

42
10

PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que, nesta data, recebi estes autos e enviei a **SENTENÇA** retro para ser publicada no "*Diário do Judiciário eletrônico - DJe*" do dia **08 de março de 2021.**

Santa Luzia, em 04 de março de 2021.

p/Escrivã *Deiussé*.

CERTIDÃO

CERTIFICO que registrei a sentença retro no livro próprio, sob n.º março/ **2021.**

Santa Luzia, em 04 de março de 2021 .

P/Escrivã *Deiussé*.

MOVIMENTAÇÃO

Vista Fazenda Municipal
Santa Luzia, 04 de março de 2021.

p/ Escrivã *Deiussé*.

05 03

21

P

pmsl
laudina

MM(A). JUIZ(A), a

Exequente, através de seus procuradores
manifesta ciência da r. sentença de fls., e
desde já renuncia ao prazo recursal.

Santa Luzia, 05/03/2021


Teófilo Siqueira Almeida

Coordenadora da Execução Fiscal

OAB/MG 151.973 - Mat. 32193

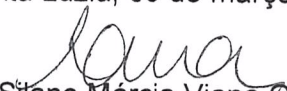
Recebido em 09/03/21

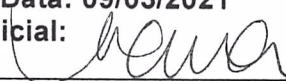
às 11h15 hs.

CERTIDÃO

**CERTIFICO e dou fé
que a sentença transitou
livremente em julgado.**

Santa Luzia, 09 de março de 2021.


Silane Márcia Viana Gabrich de Castro
Gerente de Secretaria

**MOVIMENTAÇÃO
2ª VARA CÍVEL
Processo baixado
Data: 09/03/2021
Escrivã Judicial: **

JUNTADA
Aos 09/02/2023 junto aos presentes
autos e(s): ☒ Petição ☐ Mandado ☐ A.R.
☐ Ofício ☐ Precatória ☐ Carta de condução,
☐ _____; que se segue (fls. _____).
Para constar lido e presente termo.